

Formação popular, realizada pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, com apoio da Fundação Ford, entre os meses de maio e setembro.

Objetivo: Promover reflexão crítica e fortalecer o engajamento de lideranças e profissionais que atuam na defesa e garantia de direitos fundamentais.

Metodologia: Compreender o tema a partir do contexto, julgar com valores éticos e agir na defesa de direitos e da democracia. Serão desenvolvidos debates e atividades a partir da realidade, com utilização de tarefas como forma de capacitação prática. Serão tratados 05 temas, com 02 encontros quinzenais para cada um, sendo um com assessoria externa e transmissão aberta (live) e outro encontro para reflexão coletiva e divisão de grupos (zoom). O acompanhamento dos participantes e envio de material de estudo será realizado por e-mail ou grupo do wapp.

Aula 01: Políticas públicas e Estado enquanto instrumento de disputa

Objetivo específico: Compreender a função do Estado e a importância das políticas públicas voltadas à promoção da vida e à distribuição de renda e patrimônio para superação da mercantilização dos direitos fundamentais e serviços públicos;

Conteúdo programático: Produção de mercadorias e serviços pelo Poder Público para a população, dentro das relações mercantilizadas. Lutar por políticas públicas como forma de desmercantilizar os bens e serviços essenciais à vida.

Assessores(as): Maria de Lourdes Zuquim (FAUUSP) e Francisco Comaru (UFABC)

Ponto 01: Alguns significados para políticas públicas

Entre necessidades e interesses, para que ou para quem servem as políticas públicas?

Significado 1: conjunto de ações a serem implementadas pelos gestores públicos, com vistas a promover o bem comum, as perspectivas dos mais pobres da sociedade.

Significado 2: são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis.

Significado 3: representam soluções específicas para necessidades e problemas da sociedade, ela é a ação do Estado, que busca garantir a segurança e a ordem, por meio da garantia dos direitos.

Significado 4: **Relação** entre as instituições e os diversos atores, sejam individuais ou coletivos (consumidores, empresários, trabalhadores, corporações, centrais sindicais, mídia, entidades do terceiro setor), envolvido na **solução de determinado problema** e, para isso, utilizam alguns **princípios, critérios e procedimentos** que podem resultar em **ações, projetos ou programas** para **garantir os direitos e deveres** previstos na Constituição Federal e em outras leis.

(Retirado do livro da Campanha da Fraternidade 2019, fls. 20/42)

Para compreender: Política: pólis, do grego lugar de tomar decisão na busca do bem comum. Cidade é o conjunto das relações. Espaço para garantir a ordem e estabilizar a sociedade de maneira pacífica, sendo marcada pelo conjunto de interações e conflitos de interesses.

Entender política como um espaço de poder e opiniões, onde diferentes

necessidades se enfrentam ou se unem, com visões e concepções distintas em busca do interesse comum. Depende da vontade daqueles que participa dela, estando em toda parte, e não somente na ação do Estado.

Estudar política pública engloba: ciências sociais, ciências políticas, ciências

econômicas, ciências jurídicas e ciências da administração.

Sem a democracia e a participação da sociedade, as Políticas Públicas tendem a refletir mais a força dos agentes do

mercado, de um agente ou grupo político, ou mesmo das próprias burocracias estatais. Também é igual feijão: só fica bom na pressão!

Resumindo: “Política pública é o conjunto de ações realizadas, mobilizando recursos humanos, financeiros e tecnológicos pelo poder público no sentido de promover a cidadania. Tais ações podem ser levadas a cabo direta ou indiretamente pelos governos, materializando-se em bens e serviços ou tomando a forma de regulação e normas que melhor organizam as relações sociais, sempre com foco na promoção da cidadania.”

(Escola Nacional de Administração Pública, Políticas Públicas e Governo Local: Brasília, 2018, p.09)

Ponto 02: A luta faz a lei

Quais os espaços de participação que temos?

A Constituição 1988 trouxe algumas novidades para a nossa sociedade: universalidade do acesso aos direitos, novos direitos, participação popular (soberania popular). Áreas iniciais: Criança e Adolescente, Saúde, Assistência Social, Educação.



Quadro com as etapas do ciclo de políticas públicas

Para compreender: Ciclo das políticas públicas: Pela política pública colocamos o governo em ação. Para isso os gestores públicos precisam construir e implementar as ações em um processo que ocorre em fases ou etapas, denominados ciclos das políticas públicas, com a participação da sociedade e seus atores sociais em diversas oportunidades. O ciclo é

composto pelas seguintes fases: Reconhecimento do problema – montagem da agenda; Formulação da política e Tomada de decisão; Implementação e Avaliação.

Ponto 03: Políticas e seus protagonistas

Qual o poder do mercado nas políticas públicas?

O que historicamente tem impedido que o povo acesse seus direitos pelas políticas públicas?

Políticas públicas macroeconômicas (fiscais, monetárias, cambiais, industriais e comerciais) em conflito com as políticas públicas administrativas (democracia e participação) e específicas (meio ambiente, saúde, educação, cultura, agrária, direitos humanos, mulheres, negros, jovens e outros)

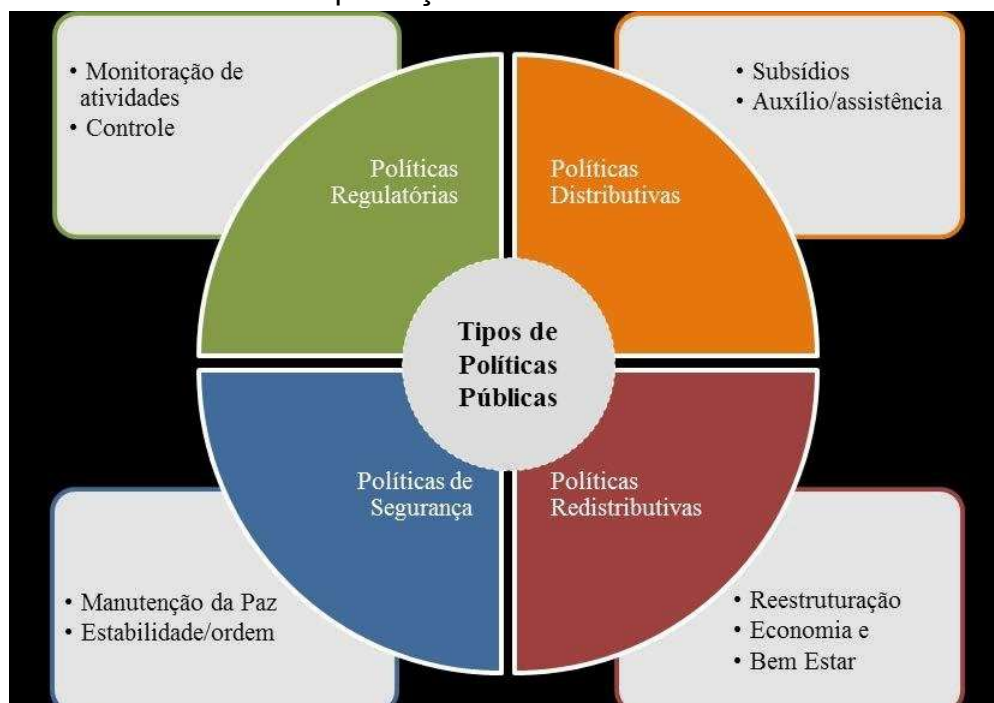
Para compreender: Políticas de governo e políticas de Estado: As políticas de Estado possuem a proteção da previsão legal, tornando-a obrigatória, devendo ser realizadas independente do governante. As políticas de governo são específicas daquele grupo governante, inicialmente previstas no plano de governo destinado a disputa eleitoral do Executivo, fazendo parte da agenda de compromissos políticos e ideológicos partidários. Essas políticas sofrem variações conforme a alternância no poder. Por exemplo, a ideologia militarista e a liberação das armas.

As políticas sociais demandam maior parte do orçamento público em todas as esferas de poder (municipal, estadual e federal). Vamos conferir?

Se deixados para o mercado, pela livre iniciativa, tendem à monopolização

competitiva, onde vence o mais forte, em uma lógica destrutiva que é contrária aos valores humanos. As políticas públicas também servem para frear o mercado, corrigindo disfunções, regulando a concorrência e promovendo o acesso da população a serviços essenciais. Agem também para diminuir os efeitos nocivos do mercado junto ao meio ambiente, fiscalizando a emissão de poluentes. E ainda para diminuir as desigualdades geradas pelo desenvolvimento econômico, buscando superar a iniquidade gerada pela acumulação de capital.

O mercado, assim como nós, vai precisa do Estado, seja para protege-lo, seja para limitá-lo. Nossa saída é buscar que o Estado intervenha para evitar que o atendimento das necessidades humanas seja uma exclusividade do poder do dinheiro.



Elementos para pensar e fazer política pública:

O livro a Condição Humana de Hannah ARENDT, ao discorrer sobre “As esferas pública e privada” (fls 74), afirma que “A pobreza força o homem livre a agir como escravo. A riqueza privada, portanto, tornou-se condição para admissão à vida pública não pelo fato do seu dono estar empenhado em acumulá-la, mas ao contrário, porque garantia com razoável certeza que ele não teria que prover para si mesmo os meios do uso e do consumo, e estava livre para exercer a atividade política”. Somente os ricos podem fazer política? Qual o nosso papel diante desse cenário político?

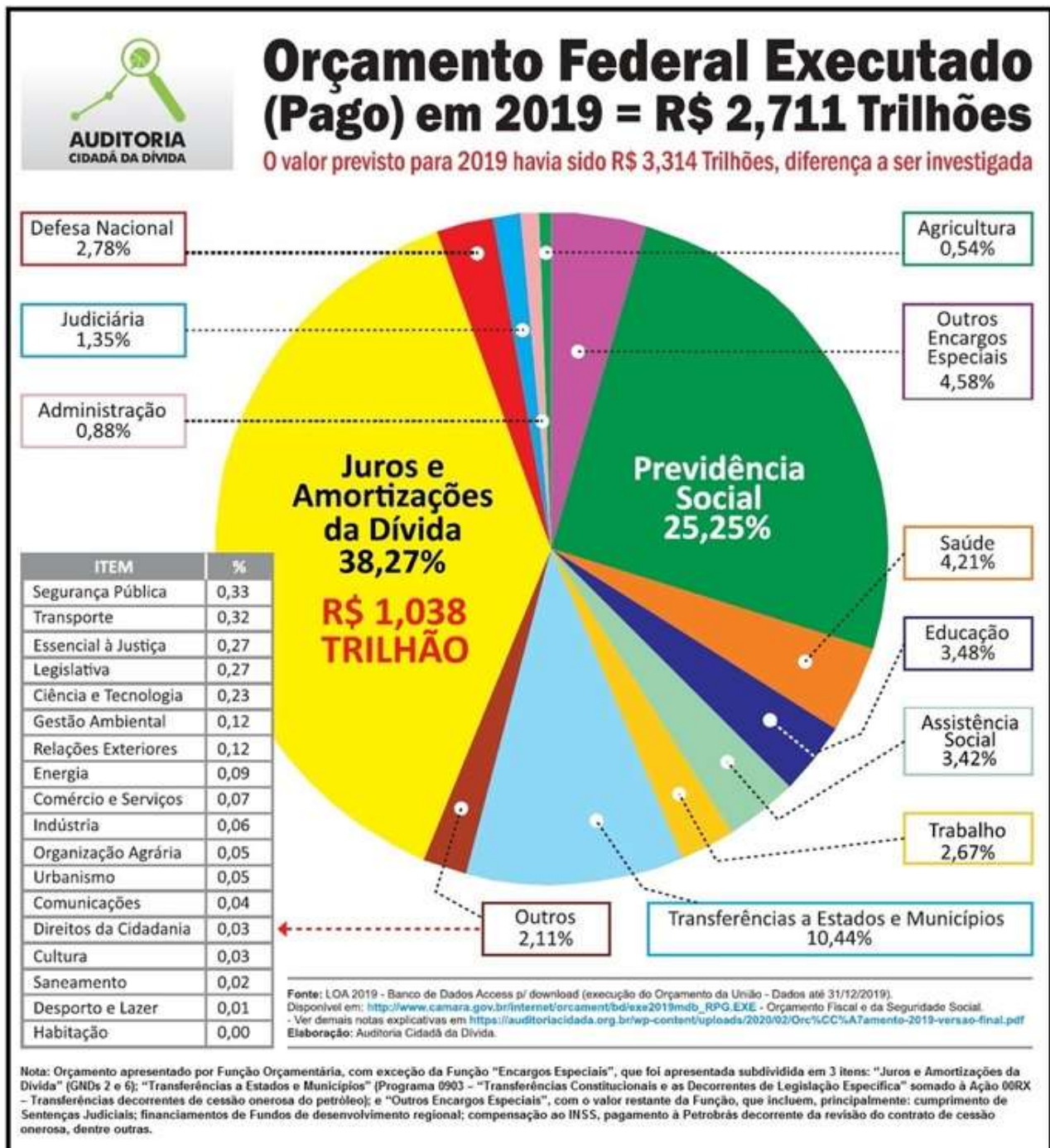


Gráfico com porcentagem dos gastos da União por item de despesa

Atores sociais nas políticas públicas

Em relação aos atores do processo de elaboração e implementação das políticas públicas, precisamos considerar o seguinte cenário:

“O paradoxo reside justamente no fato de que o progressivo esvaziamento dos espaços propiciadores de solidariedades coletivas, que aparentemente reforçam as liberdades individuais, isola os indivíduos, tornando-os presa fácil do consumismo dentro da lógica lucrativista, acumulativa e excludente do sistema de produção capitalista que, para se manter sólido e consistente, depende do consumo em massa de mercadorias para viabilizar a acumulação de capital, o que acarreta a desconstrução de valores históricos da modernidade, como solidariedade humana, igualdade e justiça social, bem como

projetos de políticas públicas, substituindo-os pelo imediatismo do consumo, pela volatilização e pela fluidificação dos laços sociais.” (Trecho retirado do artigo “O Ser-no-Mundo e a Política da Vida: questões acerca da descartabilidade humana e planetária” escrito por Darcísio Corrêa e Tobias Damião Corrêa para a REVISTA direitos humanos e democracia do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijuí. 2013).

É possível incluir todas as pessoas no modo de vida capitalista via políticas públicas?

Questões para roda de conversa:

Como seu movimento ou entidade tem planejado as ações? Qual a relação com as políticas públicas? Estão articulados com quais pessoas ou autoridades?

Quer saber mais, assista o vídeo produzido pela Câmara dos Deputados chamado “O que são políticas públicas?”(4’20”), disponível em <https://youtu.be/406y7gDN-ZE>